



Exma. Senhora  
Dra. Catarina Gamboa  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

S/REF:                      S/COM:                      N/REF:                      Lisboa, 26.04.2021  
P.º 5124/92(5)  
N.º 682/CG

Ass: Pergunta n.º 1680/XIV/2.ª de 24 de março de 2021 – Constatação de Atrasos na  
Aplicação da Lei n.º 28/2018

Ref: V/Ofício n.º 1134, de 24 de 26 de março de 2021

Em cumprimento do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, e em resposta à pergunta formulada pelos Senhores Deputados João Vasconcelos e Pedro Filipe Soares do Grupo Parlamentar do BE, acerca do assunto em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, de informar o seguinte:

Deram entrada na Comissão de Avaliação (CA) prevista na Lei n.º 28/2018, de 16 de julho, 16 requerimentos de ex-militares/civis a solicitar a reintegração nas Forças Armadas. Dos 16 requerimentos, 7 foram objeto de pareceres da CA, homologados por despachos de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional e Sua Excelência a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Destes despachos foram posteriormente notificados os interessados.

No que diz respeito a outros 7 requerimentos, o Parecer da CA foi submetido à tutela na passada semana.

Finalmente, quanto aos restantes 2 requerimentos, após a emissão do parecer da Comissão de Avaliação, este foi notificado aos interessados para efeitos de audiência de interessados, encontrando o prazo a correr para este efeito.

O atraso no processamento dos requerimentos resulta de uma conjugação de fatores de várias ordens. Desde logo, a necessidade de carrear para os processos informação com mais de 50 anos, informação essa que os próprios Ramos das Forças Armadas, em alguns casos, tiveram dificuldade em obter. Acresce por último referir que a situação de Pandemia que estamos a viver veio necessariamente dificultar a realização de reuniões, quer presenciais quer por videoconferência, acabando por contribuir para uma maior morosidade ao processo.

Com os melhores cumprimentos,



O CHEFE DO GABINETE



(PEDRO CARNEIRO)